

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.003](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.003)

EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO CEARÁ

LEMOS, Raquel Araújo Facundo

Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Professora efetiva da Rede Estadual de Ensino do Ceará desde 2014 e atuando como coordenadora pedagógica da EEMTI Padre Saraiva Leão desde 2018 – raquellemos.mestrado@caed.ufjf.br;

SOUZA, Elisabeth Gonçalves

Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG), professora do CEFET/Rj, UNED Petrópolis. Elisabeth.souza@cefet-rj.br

RESUMO

O presente texto tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que buscava compreender os desafios para a implementação da educação integral a partir da promoção de práticas de letramentos múltiplos na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Padre Saraiva Leão, da Rede Pública Estadual do Ceará. Para desenvolver esta pesquisa, utilizamos a literatura relacionada aos desafios da implementação da educação de tempo integral refletida, inicialmente, à luz dos autores: Ana Maria Villela Cavaliere (2002); Isa Maria F. R. Guará (2009); Moacir Gadotti (2009); Gesuína de Fátima Elias Leclerc e Jaqueline Moll (2012); e Miguel G. Arroyo (2012). No que diz respeito aos letramentos múltiplos, são base de nosso trabalho as ideias das autoras: Magda Soares (2003, 2004) e Roxane Rojo (2009, 2010). A metodologia utilizada ocorreu através de uma abordagem qualitativa, sendo a entrevista semiestruturada o instrumento de coleta de dados. Foram sujeitos da pesquisa três professores lotados na referida escola. A partir da análise dos dados pudemos inferir que os docentes têm

compreensão clara da educação integral, bem como reconhecem que as práticas de letramentos múltiplos podem contribuir para a formação integral do sujeito, mas apontam que formações contínuas e reorganização de tempos, espaços e currículos poderiam facilitar a efetivação de uma política pública de educação integral com vistas à formação total dos educandos.

Palavras-chave: Educação Integral. Tempo Integral. Letramentos Múltiplos.

INTRODUÇÃO

A educação integral vem ganhando espaço no contexto público educacional a partir de políticas públicas que enfatizam tanto a jornada pedagógica ampliada bem como a formação integral dos educandos, por meio de um ensino de qualidade, em um espaço adequado e favorável à aprendizagem. Sobre o tema, Moll (2014) acrescenta que a educação integral está sendo projetada não somente para ofertar um ensino em tempo integral, mas também focada na formação do ser humano em sua totalidade, por meio de uma atuação docente diferenciada, com ações “acolhedoras e afirmativas das classes populares na escola” (MOLL, 2014, p. 372).

Acreditamos que o pleno desenvolvimento do ser humano está relacionado ao uso da linguagem como prática social, uma vez que a língua materna é uma importante ferramenta para a comunicação em sociedade. Dessa maneira, o desenvolvimento dos letramentos múltiplos, bem como o seu uso nos diversos contextos, tempos e espaços, é importante para que o estudante possa dialogar com a sociedade, além de ser uma forma de possibilitar transformações sociais, uma vez que as práticas de letramentos múltiplos ultrapassam o ensino de Língua Portuguesa (LP) e se amplificam em todas as áreas do conhecimento.

Diante disso, o presente trabalho busca discutir as percepções dos professores lotados na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Padre Saraiva Leão (PSL) acerca da implementação da educação integral e discutir ainda como os letramentos múltiplos podem constituir espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que foquem no desenvolvimento integral dos alunos.

Diante do exposto, surge o questionamento que impulsiona esta pesquisa: de que maneira as práticas de letramentos múltiplos podem favorecer a implementação da política de tempo integral na EEMTI Padre Saraiva Leão?

À vista disso, este texto busca apresentar as percepções de professores sobre educação integral e letramentos múltiplos no intuito de perceber quais os desafios cercam a escola em questão

para que se consolide uma educação integral de fato, que perceba o conhecimento de forma global e não fragmentada.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os desafios no processo de implementação da política pública estadual de ensino médio de tempo integral e promover práticas de letramentos múltiplos na EEMTI Padre Saraiva Leão.

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho se deu através de uma abordagem qualitativa, a partir de um estudo de caso. Coletamos os dados por intermédio de entrevistas com docentes envolvidos no processo de implementação da política de tempo integral, e dos tempos e espaços para letramentos múltiplos.

METODOLOGIA

Em virtude da natureza do problema a ser investigado, utilizamos como instrumento para a coleta de dados entrevistas semiestruturadas com 3 professores que são lotados na escola Padre Saraiva Leão.

Em razão da pandemia do novo coronavírus, a aplicação dos instrumentos de pesquisa se deu de forma remota, uma vez que estamos em isolamento social. Essa medida, que foi adotada como forma de diminuir a disseminação da COVID-19, impactou a vida de toda a comunidade, de modo bem particular e específico, as escolas públicas, que começaram gradualmente a retomada das aulas presenciais apenas em março de 2022, após dois anos de ensino remoto.

Os docentes entrevistados estão na faixa etária entre 30 e 39 anos, possuem praticamente o mesmo período de exercício na escola, sendo a diferença de um para outro de apenas um ano. No decorrer da análise, os professores entrevistados estarão denominados de P1, P2 e P3, de modo a resguardar suas identidades.

REFERENCIAL TEÓRICO: LETRAMENTOS MÚLTIPLOS COMO POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL

Segundo Gadotti (2009, p. 22), a educação integral ocorre a todo instante, em tempo integral, uma vez que ocorre “na escola, na

família, na rua, em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências”.

Dessa forma, a educação integral é aquela que promove o pleno desenvolvimento do aluno durante a sua vida escolar, por meio de um ensino de qualidade com jornada pedagógica ampliada, em um espaço adequado e favorável à aprendizagem. Portanto, sobre educação integral podemos afirmar que a criança e o adolescente devem estar no centro do processo para poderem se desenvolver integralmente, sendo instigados a expandir e fortalecer suas competências e habilidades cognitivas, bem como as competências e habilidades socioemocionais e culturais. Para isso, a escola pública precisa fazer sentido para o aluno, necessita “ser integral, integrada e integradora” (GADOTTI, 2009, p. 32).

Por conseguinte, apesar da diferença, a educação integral e a educação de tempo integral estão interligadas. Essa ideia é reforçada por Gadotti (2009, p. 33), ao expressar que a educação integral apresenta duas dimensões que são indissociáveis: “as diversas experiências de educação integral têm em comum tanto uma dimensão quantitativa (mais tempo na escola e no seu entorno), quanto uma dimensão qualitativa (a formação integral do ser humano)”. Nesse aspecto, podemos perceber que o autor utiliza a expressão “educação integral” englobando tanto a jornada ampliada (educação de tempo integral) quanto o pleno desenvolvimento do ser humano (educação integral).

Conforme Guará (2009), a educação integral associada ao pleno desenvolvimento do indivíduo deve ocorrer dentro e fora da escola. Os indivíduos devem ser educados para as vivências não somente para a escola, mas também para além dela, para a vivência em sociedade. Por esse motivo, deve ocorrer uma articulação entre o que é ensinado na escola com as vivências e aprendizagens dos estudantes que ocorrem em outros contextos e espaços educacionais.

Por isso, compreendemos que a educação em tempo integral deve ser pauta da agenda política para formulações de políticas públicas que visem minimizar as desigualdades sociais, por meio de uma educação que busque o pleno desenvolvimento do indivíduo através de um ensino de qualidade, de forma equânime, inclusiva e protetiva (GUARÁ, 2009), pois a educação em tempo integral, além

de viabilizar o acréscimo do tempo de permanência na escola, oportuniza a formação dos estudantes em suas múltiplas dimensões, possibilitando a formação integral das crianças e adolescentes (educação integral).

Neste sentido, acreditamos que o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contemplem os letramentos múltiplos pode contribuir significativamente para que a educação integral atinja seu objetivo de propiciar uma formação global e cidadã aos sujeitos.

Decerto, a língua materna é uma importante ferramenta para a comunicação em sociedade. Mesmo antes de aprendermos a ler e a escrever, aprendemos a nos comunicar e a nos relacionarmos em sociedade, ou seja, estamos inseridos, desde que nascemos, em diversos contextos de práticas sociais de uso da leitura e da escrita. Dessa forma, o desenvolvimento da leitura e da escrita bem como o seu uso nos diversos contextos, tempos e espaços são importantes para que o estudante possa dialogar com a sociedade, além de ser uma forma de possibilitar transformações sociais.

Nessa perspectiva, “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente” (FREIRE, 1989, p. 13).

Ademais, de acordo com Furghestti, Goulart e Cardoso (2014, p. 9), “a vida das pessoas em nossa sociedade se organiza em torno da escrita. As práticas de leitura e escrita estão inseridas nos mais diversos momentos e espaços, determinando várias funções”.

Coadunando com essa ideia, acreditamos que o ensino da escrita e da leitura, exercida na escola por meio da disciplina de Língua Portuguesa, é de suma importância para a formação humana do aluno. Além disso, o processo de ensino e aprendizagem deve ser voltado para a atuação em sociedade, uma vez que os indivíduos estão em constante interação entre si e em sociedade, executando diversas atividades permeadas de práticas sociais de leitura e de escrita. Portanto, essas práticas precisam também estar presentes em todas as disciplinas e não somente na Língua Portuguesa.

Todos os dias exercemos atividades cotidianas que requerem o uso de práticas sociais de leitura e escrita, como pegar um ônibus para deslocar-se para a escola, assistir à televisão, preparar um seminário para apresentar na escola ou faculdade, relatar um

acontecido para alguém, ligar ou enviar mensagem para um amigo, preparar uma receita de bolo, ir à padaria comprar pão ou realizar a feira no supermercado. Todos esses exemplos fazem parte do cotidiano de diversas pessoas e, como já dito, todas essas situações envolvem práticas sociais de leitura e escrita, em outras palavras, envolvem práticas de letramento (LEITE; BOTELHO, 2011).

Segundo Leite e Botelho (2011), constantemente estamos inseridos em diversos contextos sociais e culturais nos quais utilizamos nossos conhecimentos de leitura e escrita, e que, devido às mudanças ocorridas em nossa sociedade, passou-se a exigir novos saberes de leitura e escrita, o que conseqüentemente trouxe ressignificações para o conceito de letramento. Posto isso, diante dessas ressignificações, as autoras, baseadas em Rojo (2009; STREET, 2007 apud LEITE; BOTELHO, 2011, p. 2, grifo das autoras), destacam que “mediante a diversidade de práticas culturais e sociais de leitura e escrita que se fazem presentes na sociedade atual, mais do que letramento ou letramentos, o termo que abarca melhor essa complexidade é **letramentos múltiplos**”.

Diante desse contexto, para melhor compreendermos os letramentos múltiplos e nos aprofundarmos no assunto, é preciso antes conhecermos os significados dos termos que envolvem o processo de leitura e escrita, a saber: alfabetização e letramento.

Para Soares (2004, p. 16), a alfabetização é “entendida como o processo de aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico”, e letramento pode ser entendido como o desenvolvimento de habilidades e competências de uso das práticas sociais de leitura e de escrita.

De acordo com Soares (2003, 2004), a alfabetização e o letramento são processos que estão relacionados, são indissociáveis, mas que apresentam especificidades próprias e processos distintos. Além disso, não são processos sequenciais, pois, segundo Rojo (2009), uma pessoa pode ser alfabetizada e não ser letrada, como também pode ocorrer do sujeito ser letrado e não ser alfabetizado. Nesse viés, o indivíduo é capaz de interagir com a sociedade e com o mundo ao seu redor, comunicando-se e participando de práticas sociais de letramento de forma oral, sem necessariamente ser alfabetizado. Outrossim, por meio da comunicação, as pessoas estão inseridas em eventos de letramento, pois são capazes de interpretar

a fala de outros e associá-la aos seus conhecimentos e experiências de vida. Porém, as avaliações sistêmicas como o SAEB e o cotidiano da sala de aula apontam que há uma dificuldade grande com as práticas de letramento.

Portanto, o que temos no Brasil é um problema com os letramentos do alunado e não com sua alfabetização. E nenhum método de alfabetização – fônico ou global – pode dar jeito nisso, mas, sim, eventos escolares de letramento que provoquem a inserção do alunado em práticas letradas contemporâneas e, com isso, desenvolvam as competências/capacidades de leitura e escrita requeridas na atualidade. Temos, isso sim, indicadores da insuficiência dos letramentos escolares, em especial na escola pública, para a inserção da população em práticas letradas exigidas na contemporaneidade. (ROJO, 2010, p. 22-23).

Diante dessa concepção, de que há variadas práticas de usos sociais da leitura e da escrita, o termo letramento dá lugar a letramentos, posto que as práticas e os eventos de letramentos ocorrem nos mais distintos lugares, em uma infinidade de contextos, diferentes populações e culturas.

Os múltiplos letramentos envolvem/englobam não só as práticas de letramentos valorizadas pela sociedade, como também os letramentos escolares, literários, jornalísticos, dentre outros, além das práticas de letramentos não valorizadas, como aquelas presentes no cotidiano dos indivíduos e que são marginalizadas por não pertencerem ao repertório sociocultural da classe dominante.

Nesse sentido, a escola, como principal agência de letramento, deve inserir a multiplicidade de letramentos em suas práticas pedagógicas. Para isso, é necessário que a escola considere as práticas sociais de letramentos que fazem parte da realidade e do cotidiano dos alunos, associando-as com as práticas de letramentos que estes não dominam ou que não fazem parte de seu cotidiano, para que assim tenham a possibilidade de se envolverem em diversas práticas e eventos sociais de letramentos. Dessa forma, a escola passa a ter sentido para esses alunos que vivem à margem das práticas de letramentos escolares e das classes dominantes, pois se sentirão acolhidos em suas práticas sociais de uso da leitura e da

escrita, como também terão facilitado seu processo de desenvolvimento dos letramentos múltiplos.

À vista disso, ao pensarmos a educação integral como aquela que busca o pleno desenvolvimento do aluno para que ele possa inserir-se na sociedade e dela participar, e os letramentos múltiplos como o uso social das práticas de leitura e escrita na sociedade, podemos relacioná-los, pois, para que os indivíduos sejam cidadãos atuantes em nossa sociedade, é necessário que eles dominem as habilidades e competências das múltiplas práticas de letramentos presentes em nossa sociedade.

Nesse sentido, os letramentos múltiplos são práticas sociais de uso da linguagem que viabilizam o envolvimento dos sujeitos no contexto sociocultural da sociedade, como também oportunizam o exercício da cidadania e preconizam a educação integral. Em outras palavras, para que haja a formação integral do indivíduo, é necessário que o sujeito saiba relacionar-se em sociedade das mais variadas formas, ou seja, conheça e saiba usar as múltiplas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em nossa análise, buscamos identificar as percepções que os participantes têm acerca da educação integral, bem como da educação em tempo integral, considerando a realidade da escola em estudo e a política estadual das EEMTIs, de modo a (re)conhecer os desafios presentes no contexto escolar quanto à educação integral em tempo integral ofertada na EEMTI Padre Saraiva Leão.

Vimos anteriormente que, embora sejam muito confundidos, educação integral e educação em tempo integral são conceitos distintos, ainda que, numa visão mais ampla e, em âmbito estadual cearense, a educação integral englobe a educação em tempo integral (CEARÁ, 2017a). Em vista disso, os professores entrevistados entendem a educação integral como aquela que busca desenvolver plenamente o indivíduo, ou seja, refere-se à formação integral dos sujeitos em todas as dimensões, que são a intelectual, a física, a emocional, a social e a cultural, enquanto a educação em tempo integral se refere ao tempo pedagógico ampliado, conforme discorrem P3 e P2:

podemos identificar a educação integral como aquela que deve possibilitar o desenvolvimento dos estudantes em todas as dimensões, ou seja, a física, emocional, intelectual, social e cultural, sempre buscando a coletividade em nossos projetos e envolvendo os familiares e a comunidade. A educação integral busca formar cidadãos conscientes, autônomos e responsáveis. [...]. Já a educação em tempo integral está relacionada à ampliação do tempo pedagógico (P3, em entrevista realizada no dia 22/06/2021).

[...] Apesar da distinção da educação integral e da educação em tempo integral, as EEMTIs agregam esses dois conceitos. (P2, em entrevista realizada no dia 23/06/2021).

Perante essas falas, percebemos que há a compreensão da diferença entre educação integral e educação em tempo integral, como também se compreende que, apesar de distintos, os dois conceitos estão interligados. Assim como defende Gadotti (2009), a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará, instituída através da Lei nº 16.287, de 20 de julho de 2017, visa não apenas à oferta de uma educação em tempo integral, mas a uma educação integral. Nesse sentido, a educação integral e a educação em tempo integral são indissociáveis, pois para a formação integral do sujeito é preciso que se tenha mais tempo na escola e em seus arredores (GADOTTI, 2009).

Gouveia (2006 apud GADOTTI, 2009, p. 21) destaca que a educação integral é entendida como “um caminho para garantir uma educação pública de qualidade”. Aliado a essa ideia, P3 retrata justamente que a educação integral é um meio para se ofertar uma educação de qualidade, ao relatar que:

as escolas integrais da rede estadual de ensino estão crescendo e têm o potencial de ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem na busca da formação de qualidade, de desenvolvimento, assim como as habilidades e as competências para a vida política, econômica, social, cultural. É de fato preparar o aluno para a vida, buscando a igualdade, indo além do desenvolvimento cognitivo. (P3, em entrevista realizada no dia 22/06/2021).

De acordo com o exposto por P3, entendemos que a educação integral vem sendo ampliada na rede estadual cearense com vistas a ofertar uma melhor educação de forma a possibilitar o pleno desenvolvimento dos estudantes. Nesse sentido, a educação integral deve oferecer um processo de ensino e de aprendizagem de qualidade e equânime, além da democratização dos conteúdos das diversas categorias e da multiplicação do conhecimento (LECLERC; MOLL, 2012), assim como destacou P3 em sua fala.

Ademais, Moll (2014, p. 372) destaca que a educação integral trilhou seu caminho propondo a “escola de dia inteiro, na perspectiva de formação humana integral e com diferenciada implicação docente, em situações acolhedoras e afirmativas das classes populares na escola”. Outrossim, segundo Leclerc e Moll (2012) e Guará (2009), a proposta de educação integral em tempo integral é uma forma de enfrentamento das desigualdades, um meio para a inclusão social dos estudantes na sociedade.

Nesse ponto, a educação integral ofertada na EEMTI PSL é avaliada por P1 de forma positiva, uma vez que a escola busca acolher seus estudantes. Ser uma escola acolhedora faz a diferença na vida do aluno, e é refletida no processo de aprendizagem, pois, como bem aponta P3, a equipe pedagógica está sempre acompanhando os alunos de perto e “buscando atender as necessidades dentro do possível para que, de fato, esse trabalho venha a acontecer”.

Coadunando com esse pensamento, P2, ao avaliar a educação integral na escola em que leciona, dialoga com Guará (2009), Leclerc e Moll (2012) ao pronunciar que a escola busca a inclusão dos estudantes na sociedade independentemente dos contextos socioeconômicos aos quais estão inseridos. Em outras palavras, P2 nos fala que

[...] o contexto em que funciona a EEMTI Padre Saraiva Leão, na cidade de Redenção, é pensado e buscado para que ela aconteça, principalmente diante dos contextos de estudantes que nós temos, que são contextos diferentes, de alunos que trazem muitas problemáticas, suas incertezas e suas inseguranças.

Então, pensamos muito nessa questão dele [aluno] ter uma perspectiva, que ele possa pensar no seu futuro, que ele possa se identificar como uma pessoa

que tem a sua importância na sociedade. Então, eu percebo que na escola é buscado que essa educação integral aconteça, que se oportunize essa educação integral para o estudante. (P2, em entrevista realizada no dia 23/06/2021).

À vista disso, observamos que a escola Padre Saraiva Leão não só matricula como acolhe todos os alunos. Essa recepção, como bem apontou P2, é acolhedora, inclusiva e auxiliante. Os educadores estão sempre buscando atender e ajudar a todos os discentes da melhor forma possível, para que estes se sintam bem no ambiente escolar e assim o processo de aprendizagem se torne menos pesado para o público estudantil que a escola atende.

Sabemos que as práticas sociais de leitura e escrita são importantes ferramentas de comunicação, de interação social e nos possibilitam transformações sociais. Ao indagar os entrevistados sobre a importância da leitura de modo geral e no ambiente escolar, tivemos respostas bem próximas. Para os profissionais entrevistados, a leitura é de suma importância na vida de toda pessoa e na fase escolar deveriam ser primordiais as atividades voltadas para despertar o gosto pela leitura. De acordo com os educadores, a leitura e a escrita têm funções essenciais na formação do estudante, são a base para toda e qualquer disciplina. Segundo P1 (em entrevista realizada no dia 23/06/2021), “a leitura é importante para a comunicação, além do mais, a leitura influencia diretamente na escrita, se o aluno não consegue ler, não vai conseguir resolver um problema de matemática, uma questão de física [...]”. Nesse sentido, P2 acrescenta que

[...] além de aumentar o conhecimento, o hábito da leitura vem para aprimorar o vocabulário, ajudar na construção textual, dinamizar o raciocínio e a interpretação. A leitura na escola permite que o aluno tenha um acompanhamento para boas práticas de leitura e escrita. O aluno tem o costume de ler aquilo que está evidente no dia a dia, aquilo que está na mídia, aquilo que ele tem de fácil acesso e a escola irá trabalhar um leque dessas informações. Hoje, vemos muito questão de trabalhar aquilo que os alunos gostam. De começar por esse leque de leituras, como um gibi, ou os conteúdos das redes sociais, por exemplo. Devemos começar

por essas leituras até chegar naquelas leituras mais complexas e diferenciadas de suas vivências, pois sabemos que eles precisam também ter esse contato. (P2, em entrevista realizada no dia 23/06/2021).

Diante do exposto, percebemos pela fala de P2 a preocupação em disponibilizar para os estudantes práticas de letramentos presentes no cotidiano deles, mas também a de inserir outros tipos para que eles possam ter o contato e assim desenvolver outras competências e habilidades. Nessa perspectiva, Rojo (2010) frisa que é importante o acesso a diferenciadas práticas de leitura e escrita para que os indivíduos/estudantes possam inserir-se em diferentes práticas sociais de letramentos. As pessoas adquirem ao longo da vida múltiplas e diversificadas habilidades e competências de leitura e escrita relacionadas ao meio ao qual estão inseridas, e por esse motivo é necessário que sejam desenvolvidos nas escolas os múltiplos letramentos, principalmente para as classes populares, para que assim elas possam desenvolver-se e inserir-se na sociedade, dessa forma ampliando as possibilidades de transformações sociais. Em outras palavras, os letramentos múltiplos têm um papel fundamental no desenvolvimento do ser humano (formação integral) quanto à formação de cidadãos capazes de transformar o mundo e a sua própria realidade, pois possibilita livrar-se do lugar antes previsto para ele na sociedade, já que atua como um recurso fundamental para os alunos das classes sociais menos favorecidas lutarem por melhores condições de vida.

O ensino da leitura e da escrita envolve o desenvolvimento do hábito de leitura e escrita que poderia ser despertado tanto em ambientes formais e informais de aprendizagem. À vista disso, questionamos aos professores entrevistados se percebiam relação entre as leituras propostas na escola e o hábito de ler dos alunos, e as respostas foram divididas entre os que percebem e os que não percebem. Para P1, existe essa relação, mas não a ideal, pois, embora os professores incentivem diversos tipos de leituras, segundo sua percepção, os educandos não gostam de ler livros, estando este hábito restrito à leitura no contexto das redes sociais. Coadunando com o exposto, P3 reforça que a tecnologia está presente na rotina de leitura dos alunos e que, diante desse contexto tecnológico, a

escola busca partir dessas leituras digitais introduzir outros tipos de leituras que tenham a mesma temática como forma de ampliar o olhar dos estudantes e estimular uma leitura diversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, pudemos compreender que a educação integral em tempo integral requer que as práticas educativas sejam integradas e voltadas para o pleno desenvolvimento do sujeito-estudante. Para isso, a escola deve romper com o ensino tradicionalista e inserir no processo de ensino metodologias que envolvam o estudante, buscando desenvolver o Protagonismo Estudantil, por meio da Aprendizagem Cooperativa e da Comunidade de Aprendizagem, dentre outras metodologias.

Em outras palavras, no desenvolvimento da educação integral, os estudantes devem estar no centro do processo, sendo incentivados a fortalecer e ampliar seus conhecimentos, potencializar suas competências e habilidades cognitivas, socioemocionais e culturais. Para tanto, segundo Gadotti (2009), a escola pública precisa fazer sentido para o aluno, além de integral deve ser integrada e integradora.

Por conseguinte, ao pensarmos a educação integral como aquela que busca o pleno desenvolvimento do aluno para que ele possa inserir-se na sociedade e dela participar, e os letramentos múltiplos como o uso social das práticas de leitura e escrita na sociedade, podemos relacioná-los, pois, tanto a educação integral quanto os letramentos múltiplos são importantes para que os indivíduos sejam cidadãos atuantes em nossa sociedade. Para isso, é necessário que eles dominem as habilidades e competências das múltiplas práticas de letramentos presentes em nossa sociedade.

Diante do exposto, no decorrer da pesquisa, constatamos que um dos desafios encontrados pelos educadores da EEMTI PSL se refere à carência de formações continuadas que contribuam para o desenvolvimento de um ensino voltado para a educação integral, bem como para o uso das metodologias indicadas nos documentos norteadores das EEMTIs, como também para a atuação integrada dos profissionais lotados em ambientes pedagógicos com os professores lotados em sala de aula.

Além disso, evidenciamos que, embora os professores busquem integrar as disciplinas, por meio de atividades e projetos interdisciplinares, essas práticas educativas pouco ocorrem, assim como também são poucas as disciplinas que buscam desenvolver atividades de leitura e escrita contextualizada com a realidade dos alunos como forma de facilitar e tornar mais significativo o processo de ensino e de aprendizagem. Acreditamos que essas ausências no desenvolvimento, em todas as disciplinas, de variadas práticas sociais de leitura e escrita e de projetos interdisciplinares sejam uma falha no processo de formação de professores que acaba refletindo no ambiente escolar.

Podemos afirmar que a política pública estadual de ensino médio em tempo integral cearense é uma forma de garantir que as escolas cumpram com a sua função social além de ofertarem uma educação de qualidade, ao passo que visa à melhoria dos indicadores educacionais. Ademais, a educação integral e os letramentos múltiplos possibilitam a ocorrência de transformações sociais, minimizando, assim, as desigualdades sociais, uma vez que proporciona uma educação para a cidadania e para a atuação em sociedade.

Portanto, é essencial que as escolas tenham condições efetivas de ofertar uma educação integral de qualidade e que os atores educacionais tenham o compromisso em desenvolver um ensino que possibilite o pleno desenvolvimento dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. *In*: MOLL, Jaqueline (Org.) **Caminhos da educação integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: uma nova identidade para a escola Brasileira? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.

CEARÁ. Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial do**

Estado do Ceará: caderno 1: série 2: Poder Executivo, Fortaleza, ano 11, n. 245, p. 1, 23 dez. 2008. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20081223/do20081223p01.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

FURGHESTI, Luciane da Silva; GOULART, Marileia Mendes; CARDOSO, Rosinete Costa Fernandes. Espaço e tempo: entrelaçamentos no processo de leitura e escrita do bloco alfabetizador. *In:* ANPED SUL, 10., out. 2014, Florianópolis. Anais [...]. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1260-0.pdf. Acesso em: 5 dez. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Coleção Educação Cidadã). v. 4.

GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009.

MOLL, Jaqueline. O PNE e a educação integral: desafios da escola de tempo completo e formação integral. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 8, n. 15, p. 369-381, jul./dez. 2014.

ROJO, Roxane. Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando? *In:* RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (Coord.). **Língua Portuguesa:** ensino fundamental. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino). v. 19. p. 15-36.

ROJO, Roxane. **Letramento e capacidades de leitura para a cidadania.** São Paulo: SEE: CENP, 2004.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

ROJO, Roxane. Por novos e múltiplos letramentos. Entrevista. **Na ponta do lápis**, São Paulo, ano 22, n. 27, p. 6-11, ago. 2016.

SOARES, Magda. A reinvenção da alfabetização. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 9, n. 52, p. 15-21, jul./ago. 2003.

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução: Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.